

# **A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS TÉCNICOS E AS REESTRUTURAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO CEARÁ- BRASIL**

**Elizete de Oliveira Santos**

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC  
elizeoliver7@yahoo.com.br

**Luiz Cruz Lima**

Professor da Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE  
l.cruzlima@uol.com.br

## **Resumo**

O atual processo de reestruturação socioespacial do Ceará coloca-o freneticamente numa nova modernidade. Essa modernidade se engendra, todavia, no cerne de uma formação socioespacial preñe de contradições, o que põe na ordem do dia o desafio de empreender o ousado projeto de tentar dar conta dessa realidade em curso, valendo-se do estudo da gênese dos processos, de modo a contribuir com a construção de caminhos para pensar o Ceará moderno sem, no entanto, olvidar as permanências de horizontalidades que ora resistem ora são penetradas pelas verticalidades hegemônicas. No bojo desse audacioso projeto de pensar a nova geografia do Ceará, emerge como necessidade teórico-metodológica discutir a evolução dos sistemas técnicos no território cearense como processos subjacentes à conformação de sua formação socioespacial.

**Palavras-chave:** Sistemas técnicos. Formação socioespacial. Território. Reestruturação, Ceará.

## **THE EVOLUTION OF THE TECHNICAL SYSTEMS AND THE SOCIO-SPATIAL RESTRUCTURING OF STATE CEARÁ-BRAZIL**

## **Abstract**

The current process of socio-spatial restructuring of Ceará puts it frenziedly in a new modernity. That modernity is though engendered in the core of a socio-spatial formation full of contradictions, what puts in the order of the day the challenge of undertaking the daring project of trying to execute that reality in course, making use of the study of the genesis of the processes, to contribute to the construction of ways of thinking a modern Ceará without forgetting the permanences of horizontalities that sometimes resist and sometimes are penetrated by the supreme verticalities. In the way of thinking the new geography of Ceará, it is necessary a theoretical and methodological treatment that includes dialectic concepts and a conception of socio-spatial formation.

**Keywords:** Technical systems. Socio-spatial formation, Territory. Restructuring. Ceará.

## **Introdução**

Muitos são os escritos e variados as teorias que explicam a dinâmica da sociedade, em diferentes momentos ou períodos, na produção e nas metamorfoses da estrutura socioespacial, política e econômica. Sabe-se que no último meio século, a humanidade entrou num período da mais profunda transformação em todos os campos, com a revelação de múltiplas descobertas científicas e introdução de inovações técnicas e de objetos, antes desconhecidos, no cotidiano de todos nós. Dentre as instâncias sociais (SANTOS, 1978, cap. 13), o espaço geográfico, entendido “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p.18), é o que mais expressa essa realidade. Essas transformações foram mais radicais e mais intensas na atual temporalidade, implicando em renovação em todos os níveis da sociedade, induzindo fortes rupturas e desequilíbrios na natureza, como antes não ocorrera.

Periodicamente, o espaço social é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação – sociedade, empresas e estado –, como se requalificando para acompanhar as inovações absorvidas pelo sistema produtivo dominante, que conformam as diferentes composições dos diversos sistemas técnicos que se forjam na complexidade do trabalho social. À medida que inovações penetram em territórios com sistemas técnicos mais afeitos a modos de produção passados, as comunidades se ressentem em seu modo de vida, com amplos e sofridos deslocamentos populacionais, desqualificação para novos modelos de trabalho, perda das referências culturais, absorção ou rejeição a novos hábitos e valores, forçadas adequações às novas regulações impostas pelo poder instituído. Onde essas transformações se injetam de forma mais rápida, especialmente com volumosos investimentos do poder público, tornam-se os movimentos sociais mais densos, quer no acatamento da nova realidade, quer na repulsa de tais verticalidades, (SANTOS, 1996).

No contexto atual, a produção e a reestruturação do espaço não mais se restringem às ações mecânicas do trabalho local, às vontades das ordens horizontais, quer dos que nele vivem, quer dos governos locais, mas de ordens distantes, ou seja, do comando da produção internacional representado por fortes grupos hegemônicos. A ciência, a técnica e a informação estão a eles subordinadas. São essas ordens que definem o tipo de espaço que interessa ao mundo das mercadorias em frenético fluir. Ter conhecimento do mundo é saber a fonte desses comandos e suas respectivas redes, definidas pelos circuitos produtivos e pelos centros de criação de inovações em suas respectivas temporalidades. Assim, o espaço geográfico é demarcado e arquitetado pelo volume de ordens informacionais para absorção de recentes

descobertas científicas e técnicas, condição a ser ele inserido ao modo de produção/consumo vigente. As verticalidades (quer como objetos materiais desconhecidos pelas comunidades locais, quer como saber técnico-científico e organizacional provindo dos centros distantes), desmontam as horizontalidades forjadas pelos habitantes. Enquanto as verticalidades são produtos de ordens distantes e imediatas, as horizontalidades são marcadas pelo acúmulo do tempo de vida das comunidades, denotando uma construção temporal que modelou um conjunto de homens e mulheres que se conjugam pela solidariedade orgânica, cimento básico da vida em sociedade. Esse processo histórico de construção e reestruturação do espaço resulta no que Santos (1977, 1982, 2005) definiu como formação socioespacial, categoria de elevada importância para o trabalho das ciências sociais. Não devemos olvidar que desse processo de encontro entre as verticalidades e as horizontalidades resultam as contrafinalidades, como expressão do debate contraditório entre a racionalidade técnica e a defesa da vida ou da formação socioespacial.

A formação socioespacial não pode ser compreendida fora de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem de forma simultânea. Isso porque “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais” (SANTOS, 1979, p.25).

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam a expressão empírica dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando, dessa maneira, a especificidade dos lugares. De acordo com Santos (1979),

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. (SANTOS, 1979, p. 28).

Em suma, o espaço influencia a evolução das estruturas (políticas, econômicas e sociais) e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade e de seus movimentos. Como disse Callois (citado por Santos, 1979) “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço”. A formação socioespacial de que tratamos é justamente aquela que se desenvolveu a partir de relações próprias, cuja base de

compreensão reside no movimento da totalidade, em períodos e espaços determinados, representativos de tempos diferentes.

Esboçado esse cenário, ainda que de modo resumido, é de fundamental importância evidenciar os processos de construção do espaço, como resgate de um passado com suas heranças onde se erigem as atuais externalidades como base de domínio da nova modernidade. Daí, nos situarmos na estrutura ou totalidade de hoje, compreendendo a realidade que nos impõe ordens de viver, lembrando também o quadro natural e construído com seus bens materiais e imateriais, marcas insubstituíveis da formação socioespacial de determinada sociedade. Outro caminho a ser percorrido diz respeito às horizontalidades existentes e permanentes, nem sempre complementares das verticalidades exigidas pelas inovações recém-chegadas. Essas horizontalidades são demarcadas pela vida produtiva e pela vida social, que, dia após dia, socializa a natureza.

Os espaços marcados pela modernidade, aqui expostos parcialmente, trazem neles as marcas das contradições que se conjugam com a transmutação da ordem política local. Essa modernidade se engendra, todavia, no cerne de uma formação socioespacial preñe de contradições, o que põe na ordem do dia o desafio de empreender o ousado projeto de tentar dar conta dessa realidade em curso, valendo-se do estudo da gênese dos processos, de modo a contribuir com a construção de caminhos para pensar a realidade local como fração do espaço nacional. No bojo desse projeto de pensar a geografia de um fragmento territorial, emerge como necessidade teórico-metodológica discutir a evolução dos sistemas técnicos específicos, ante as especificidades locais e temporais.

Tomando como referência o estado do Ceará, como representativo do Nordeste semiárido, essas especificidades locais dizem respeito ao caráter natural e ao relativo isolamento das populações do semiárido no quadro das atividades produtivas até o século XIX, salvo o uso de reservas territoriais para a pecuária muito mais ligada, inicialmente, à economia de subsistência (FURTADO, 1963, p. 80). Persistia o domínio da natureza sobre a produção de bens e do espaço.

Tanto indígenas como as populações imigrantes – sob os ditames das ordens coloniais, imperiais e republicanas – se afeiçoaram ao território usado, já com suas marcas de poder, com seus topônimos e vida econômica assentada. Com essa identidade criada, o Ceará se enquadra no conceito proposto por Santos (2002, p. 10):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Como a consciência do pertencimento nos conduz às dimensões do poder, compreendemos que a proposição de Santos é ratificada por Souza (1995, pp. 78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para essa concepção, corrobora o pensamento de Raffestin (1993, pp. 143-144), apoiado em Lefèbvre:

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [Henri] Lefèbvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam”. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Nesse caso, o território toma a dimensão da vida como território usado, entendido como resultado do processo histórico quanto à base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial que se dá com as constantes relações de poder que se imbricam para formar a complexa realidade com a qual nos deparamos. Assim, o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar as relações estabelecidas entre o lugar e o mundo. As relações entre lugar e mundo envolvem os atores hegemônicos que têm o território usado como recurso para seus interesses, na dialética das lutas entre horizontalidade e verticalidade.

Discutir o território socialmente usado implica decifrar sua constituição como unidade e diversidade, considerando, em cada época, o peso diverso das heranças, atentando para o fato de que a redistribuição do processo social e, portanto, o uso que se faz do território, não é indiferente nem às formas herdadas nem à incidência diferenciada dos eventos contemporâneos. O passado e o presente se apresentam nas inúmeras formas e técnicas que possibilitam a ação humana, formando os sistemas técnicos, em uso.

Os sistemas técnicos participam obrigatoriamente da conformação do território – de sua apropriação e utilização – por meio de um processo de desenvolvimento desigual e

combinado e de sua inserção desigual na história, no tempo e no espaço. Para Milton Santos, “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (SANTOS, 1996, p. 46). Ao se tornarem território, os conjuntos de técnicas obrigatoriamente se representam na paisagem, onde a vida cotidiana é historicamente determinada pelos sistemas de objetos e pelos sistemas de ações em articulações específicas.

Esse norteamento teórico permite elaborar um constructo de reflexões que pensem o Ceará moderno, recorrendo à análise da evolução do seu território, a partir do estudo dos seus sucessivos sistemas técnicos. Assim, buscamos deslindar as relações que se estabelecem entre as redes técnicas caracterizantes de cada período dessa evolução e a sociedade de então, plasmando-se nas diferentes territorialidades que marcaram o conflito dialético entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) que permeou a constituição do atual espaço cearense.

### **O processo de formação do espaço cearense e as reestruturações socioespaciais**

Os variados objetos, como parte integrante do espaço geográfico, se compõem de diferentes tipos, segundo suas determinações. Eles participam da vida social nas suas variadas funções, principalmente como participantes das forças produtivas, tais como os instrumentos de trabalho e os objetos de produção. Há uma reciprocidade com os sistemas de ações, tanto porque “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico” (SANTOS, 1996, p. 56), como os objetos “... podem nascer predestinados a certo tipo de ações...” (ibidem, p. 70). Quando essas ações se ligam a atividades técnicas, elas são servidas por objetos técnicos.

Ainda seguindo o referencial teórico-metodológico delineado pelas obras de Milton Santos, ressalta-se que, em relação ao tempo, há três possibilidades de existência dos objetos: (1) permanecerem e assumirem funções novas; (2) serem modificados para se adaptarem às exigências do novo modelo de acumulação; ou (3) desaparecerem por ineficiência. Muitos objetos se fixam por muito tempo, casando-se como os mais recentes no processo de trabalho. As ações do presente (sincronia) se fazem com objetos de idades diferentes (diacronia), para resultados exigidos pelo momento histórico que nos assiste. É disso que nos falam Santos e Silveira (2001, p. 23):

O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo.

Desse modo, o espaço se renova constantemente, respondendo às dinâmicas dos modos de produção, o que contribui para a constante reestruturação dos sistemas de objetos e de ações. Isso evidencia o processo de metamorfose do espaço habitado (SANTOS, 1988). Como destaque dessa dinâmica, o espaço cearense é tomado em sua formação, tendo como pauta seus variados sistemas de objetos e de ações, desde o século XVII, conforme análise feita a seguir.

A evolução do território cearense sempre esteve ligada às exigências externas, agregando sucessivos modelos de acumulação, com suas especificidades de trabalho e da correspondente organização social. Ganhando hegemonia, cada modelo de acumulação imprime normas, valores, dinâmicas novas que remodelam o espaço e as relações sociais e de produção. Não só modificam-se os sistemas de objetos, como os sistemas de ações são diferentes dos que dominavam anteriormente, resguardando as rugosidades ou marcas do passado (SANTOS, 1996).

Sobre o conceito de modelo de acumulação, seguimos a orientação teórico-metodológica de Moreira (2002), segundo o qual:

O modelo de acumulação é o recorte estrutural desse modelo histórico, definido a partir de um ramo-base da economia, o mais dinâmico de cada momento, de onde emanam os estímulos que articulam todos os demais ramos numa estrutura e num dinamismo que faz o sistema econômico movimentar-se como um todo. O Estado é o elemento-chave da integração desse todo metabólico. Sob sua instância, forma-se a estrutura integrada dos ramos e serviços ao redor do ramo-base que retroage até à retaguarda agrícola no campo. Assim, o dinamismo do ramo-de-ponta se irradia para a totalidade dos demais ramos e setores, infundindo um ritmo e um perfil ao todo econômico que o Estado cuida de fazer acontecer através das suas políticas econômicas (sem paginação).

Nesse sentido, Moreira (2002) propõe uma periodização do modelo brasileiro identificando quatro modelos de acumulação, estando o último ainda em constituição:

1. Modelo de acumulação agromercantil escravista – caracterizante do período colonial até aproximadamente dois marcos importantes: instituição da Lei de Terras em 1850 e a Abolição dos escravos em 1888;

2. Modelo de acumulação primitiva interna proto-industrial – caracterizante do período pós-escravista até aproximadamente as décadas de 1920/1930, fase marcada pela desintegração nacional e especificidades regionais, forjando a estrutura socioespacial conhecida pela metáfora “Brasil Arquipélago”;
3. Modelo de acumulação urbano-industrial – caracterizante do período que se inicia aproximadamente em 1930, com as reformas promovidas pelo Governo Vargas, lançando a bases para o modelo industrial que desde então domina a evolução da estrutura socioespacial do país, embora com mudanças internas significativas ao longo do século XX e marcadamente no início do século XXI;
4. Modelo de acumulação urbano-financeiro – forjado no seio do modelo de acumulação industrial, esse período se inicia aproximadamente na última década do século XX e ainda está em processo de constituição do início do século XXI.

Estabelecendo uma mediação teórica com a proposta de Moreira (2002), entendemos que a cada ruptura de um modelo de acumulação e surgimento de um novo (que já existia em cerne no anterior) se dá o processo de *reestruturação socioespacial*. Trabalhos desenvolvidos anteriormente – Batista (2005); Botão (2005); Quintiliano e Lima (2005); Lima (2006); Andrade e Lima (2007); Santos e Lima (2007); Silva e Lima (2009), Santos e Lima (2009); Santos e Lima (2012) – nos permitem esboçar algumas reflexões sobre a gênese dos processos daquilo que temos chamado *reestruturação socioespacial*, entendendo que o atual cenário do espaço cearense revela as marcas do passado, compreendidas a partir da análise das diversas reestruturações.

Trabalhamos com o conceito de reestruturação a partir do entendimento de Soja (1993, p. 194) como sendo “[...] originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material”. Ou, em outras palavras, “uma combinação sequencial de alterações em que as tendências anteriores se chocam ininterruptamente com as novas tendências” para contribuir com a aproximação teórico-metodológica do conceito de *reestruturação socioespacial*, para dar conta do processo intrincado de mudanças na sociedade e no espaço cearense (LIMA, 1999).

Assim, julgamos que a reestruturação deve superar as noções que a interpretam simplesmente como um esquema evolucionista no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências representativas do novo numa superposição mecânica dos fenômenos. É necessário compreendê-la como materialização de lutas ininterruptas entre o novo e o velho

(SANTOS e LIMA, 2009). Essas lutas são ações que expressam crises decorrentes de algo que necessita de renovação e recriação, como os sistemas técnicos.

Conforme Santos e Silveira (2001), os sistemas técnicos – objetos e formas de fazer e regular – permitem explicar como, onde, por quem, por que e para que o território é usado, configurando-se como o conjunto de elementos materiais e imateriais caracterizantes de cada momento da história. Entendemos que a produção do espaço resulta do trabalho social. Portanto, o conjunto das tarefas executadas pela sociedade reflete a correlação entre espaço produzido e as técnicas disponíveis em determinada época. Esse norteamento teórico conduziu nossa compreensão da produção do território cearense a partir de seus sucessivos modos de produção e suas características, conforme apresentado no quadro 01 e na sucinta análise que se segue.

Quadro 01: Evolução dos sistemas técnicos no território cearense

PERÍODO	SISTEMA TÉCNICO / ESPAÇO CORRESPONDENTE	CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE ACUMULAÇÃO
Séculos XVII e XVIII	Pecuária / Espaço do gado	Caráter complementar do sistema técnico açucareiro; baixo nível técnico; regime extensivo; rede técnica dos caminhos das boiadas; surgimento de núcleos urbanos isolados nos entrocamentos dos caminhos das boiadas; mão-de-obra pouco qualificada; “civilização do couro”; mercado interno; destaque para horizontalidades.
Século XVIII até meados do século XX	Pecuária e cotonicultura / Espaço tecnificado do binômio gado-algodão	Rede técnica das ferrovias; mercado externo; ligação agricultura-indústria; deslocamento do centro dinâmico de Aracati para Fortaleza; centralidade do Baixo Jaguaribe e de Fortaleza.
Meados do século XX até a década de 1990	Indústria tradicional / Espaço industrializado	Integração produtiva no Ceará e do Nordeste no cenário brasileiro; incentivos fiscais da SUDENE com base no modelo de pólos regionais; concentração espacial e setorial de investimentos na RMF; ampliação da rede técnica das rodovias.
Fim do século XX e início do XXI	Sistema técnico-científico-informacional (Agronegócio, indústria moderna, turismo e serviços modernos)	Investimento público e privado (transnacional); destaque no setor de terciário especializado; modernos perímetros irrigados; instalação de distritos industriais; investimento em capacitação tecnológica; implemento de sistemas de engenharia; rede técnica das infovias; destaque para as verticalidades; polarização das regiões Litoral, Jaguaribe, Sobral e CRAJUBAR (conurbação entre Crato, Juazeiro e Barbalha).

Fonte: Elaboração própria

A periodização proposta sustenta que no processo de evolução do território cearense houve quatro períodos no processo de acumulação produtiva, antecedidos por quatro grandes reestruturações socioespaciais. A primeira reestruturação se deu com a invasão do colonizador e a criação de isolados núcleos a partir da expansão da pecuária (caminhos do gado) em

detrimento da organização social dos nativos – forja-se o *espaço do gado*, superposto ao *espaço dos índios*; a segunda, preservando muitos componentes da anterior, com a transformação dos núcleos populacionais isolados em núcleos urbanos através da abertura de estradas e ferrovias, para atender à necessidade do escoamento da produção do algodão demandada pelo mundo industrial nascente – forja-se o *espaço tecnificado do binômio gado- algodão*; a terceira se deu com a integração produtiva e inserção do Ceará no cenário industrial brasileiro – forja-se o *espaço industrializado*; e finalmente, a quarta é o período atual, a partir de 1990, marcado pela implantação da forte racionalidade técnica que preside as verticalidades da atual globalização, impondo novos fixos e fluxos – forja-se o *espaço técnico-científico-informacional*.

*Primeiros Passos da Conquista e o Projeto Colonial no Ceará: o espaço do gado superpondo-se ao espaço dos índios*

O início da colonização no Brasil, traçado e executado por D. João III, dividindo o território descoberto em capitanias hereditárias, em 1533, visava criar, na América portuguesa, domínios que seguissem a organização feudal ainda vigorante no reino lusitano, adaptada às condições do meio em que o homem tinha de operar. O governo português estabelecia que os donatários das terras não mantivessem contato entre si, para que seus representantes se conservassem afastados uns dos outros, sem o estabelecimento de laços de interdependência capazes de garantir a existência da Capitania, em caso de ataque dos índios ou estrangeiros.

Criadas as capitanias e escolhidos seus donatários, surgiu o problema da instalação do homem e a tomada de posse de terra. Dezesesseis anos mais tarde, o Rei de Portugal cria o Governo Geral, com um plano definitivo de conhecimento e exploração da terra. Foi assim que se formaram as primeiras entradas para explorar o interior do novo domínio, pois um dos traços marcantes da colonização portuguesa foi o interesse pelo conhecimento das possibilidades econômicas da terra.

Ao contrário do que ocorreu na Capitania de Pernambuco, o donatário da Capitania do *Seará Grande*, Antônio Cardoso de Barros, não chegou sequer a tomar posse de sua doação, somente vindo ao Brasil como Provedor da Fazenda no Governo de Tomé de Souza em 1549. As terras da Capitania *Seará Grande* não despertaram interesse, nem mesmo aos invasores, francês e holandês. Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, aqui chegaram como piratas aventureiros, sem nenhuma iniciativa colonizadora.

A falta de empenho do Metr pole pelo domínio dessas terras semiáridas   justificável, se levada em considera o a conjuntura político-econômica da época.

Obstáculos como a aridez do clima, a agressividade dos nativos em defesa de seus territórios, as correntes aéreas e marítimas da costa nordestina, dificultando a navega o na maior parte do ano, juntam-se a fatores de ordem político-econômica, como causadores do retardamento da coloniza o, pois somente depois de cem anos da chegada de Cabral ao Brasil deu-se início ao domínio do território que, posteriormente, constituiria o estado do Ceará.

No século XVII, ocorreram as primeiras tentativas para a ocupa o do território cearense. Em 1603, iniciou-se a expedi o dirigida por Pero Coelho de Sousa, que tinha por objetivo explorar o rio Jaguaribe, além de garantir o domínio das novas terras. Fracassada essa expedi o, outras se sucederam, sem consequências definitivas para a fixa o do homem   terra. S  depois da expulsão dos holandeses, de Pernambuco e do Ceará,   que os portugueses puderam se instalar definitivamente no litoral cearense, ponto de partida para a ocupa o de algumas partes do interior, iniciada pelos colonos que fugiam da guerra holandesa, com suas famílias e seus gados. Simultaneamente, ocorrem as violentas conquistas da terra com a matança, escravidão e servidão dos índios e massacre dos negros em seus quilombos no Nordeste brasileiro, fatos conhecidos, na historiografia, como as Guerras dos Bárbaros (TAUNAY, 2010; PUNTONI, 2002). Para a forma o da força de trabalho servil, com a domestica o dos nativos, a igreja desempenhou importante papel com suas a oes disciplinadoras para o trabalho e a obediência, nos aldeamentos e missões.

*O gado ocupa os espaços do homem: o período da pecuária*

A posse da terra, ocupada com a pecuária foi o principal elemento que atuou na forma o da sociedade sertaneja cearense. A partir dela, estruturam-se os principais grupos sociais, como bem expressa Pinheiro (2008, p. 351):

Na análise da forma o social cearense, o interesse maior   examinar como ocorreu o processo de diferencia o social. Um dos elementos que possibilitaram a diferencia o foi o acesso ou não   terra como proprietário, e a primeira conclusão   que um dos elementos mais marcantes era a concentra o da propriedade fundiária e o surgimento de uma camada dos grandes proprietários de terra e de uma camada de despossuídos, pobres livres que sobreviveram nas franjas da economia da pecuária.

A atividade econômica começa a organizar-se, de fato, com os resultados das expedi es pernambucanas e baianas, que vêm em busca de pastos para estabelecer fazendas

de gado a fim de abastecer a região canavieira da Zona da Mata. A necessidade de expansão da atividade açucareira passa a exigir também as terras ocupadas pelo gado, pois segundo Furtado (1963), “logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar”. Daí vem a Carta Régia de 1701, que proíbe a criação de gado numa faixa de 10 léguas da costa, fato que cristalizou a expressão “Civilização do Couro”, cunhada pelo historiador cearense Capistrano de Abreu.

Com a conquista das terras dos índios, intensifica-se a concessão das datas de sesmarias nas ribeiras do Jaguaribe e no Norte da Capitania (PINHEIRO, 2008). Observam-se as seguintes ações locais: funda-se a fazenda, os vizinhos se encontram, os negócios prosperam, erige-se uma capela e, em torno dela, se formam núcleos populacionais. Daí o comércio, as missas e as festas religiosas.

A natureza da atividade – o criatório extensivo de gado em grandes áreas de terra, aliado a lavouras de subsistência –, não bastasse exigir pouca mão de obra, conduz à dispersão dos primeiros exploradores. Não se criam, portanto, condições de adensamento populacional. Comparativamente à economia canavieira, Furtado (1963) afirma que:

A criação de gado – na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no Sul do Brasil – era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva, e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente (FURTADO, 1963, pp. 73-74).

A procura de pastos para criatório extensivo do gado traz ao Ceará as expedições que inauguram a atividade econômica na Capitania. E fazem isso deixando duas marcas importantes: a primeira, formação da economia embrionária e a conseqüente concentração urbana e a segunda, que decorre da exploração pecuária extensiva, a criação de uma variedade de pontos isolados no território, sem integração.

No caminho do gado, que é deslocado em busca dos mercados em Pernambuco e Bahia, surgem, especialmente, nos cruzamentos, os povoados com funções de entrepostos comerciais ou pousadas. É onde se fazem as paradas para o gado pastar e se refazer do desgaste dos longos percursos. Lá, dado ao adensamento, também se realizam negócios. Daí nasceram vilas e cidades como Acaraú, Itapipoca, Sobral, Crateús, Icó, Jati, entre outras.

A concorrência com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, favorecidos pela maior proximidade do mercado em Pernambuco e Bahia, bem como os impostos cobrados e as

perdas com o rebanho pelos longos trajetos, tudo isso leva a que, mais adiante, se produza, nas chamadas oficinas, a carne-de-sol que passa a ser transportada para os mercados, seja em embarcações, seja em lombo de animais. Assim, surgem cidades portuárias de Acaraú e Camocim no Litoral Oeste e Aracati no Litoral Leste. Fortaleza também é uma cidade portuária, mas só ganhará destaque no período do algodão, pois fica praticamente à margem da “Civilização do Couro” (citar capistrano de abreu).

O sistema viário do período colonial é constituído por vias de pequenas extensões, dentro do território cearense, e por outras que ligam o Ceará aos mercados consumidores, principalmente de produtos pecuários e de consumo consuptivo.

Operavam-se, embora muito lentamente, as primeiras mudanças na economia de subsistência da Capitania do Ceará, uma vez que, seu produto básico, o gado respondia como matriz econômica, pois além de satisfazer as necessidades diretas de sua população, tinha seu excedente comercializado com outras capitanias da colônia, possibilitando a aquisição de produtos importados do exterior, ou mesmo produzidos no mercado interno. A pecuária servira como fonte de riqueza para gerar uma camada da população detentora de poder político e econômico.

A desorganização e a instabilidade político-administrativa surgem na criação da primeira vila que, por décadas, fora transferida diversas vezes de um lugar para outro: de Fortaleza à Aquiraz e vice-versa. Numa tentativa de aproximação do centro de gravidade econômica da colônia é finalmente instalada em Aquiraz a primeira vila seguida de outra, a Vila do Forte, solucionado dessa forma o problema.

Assim, nos primeiros quarenta anos do século XVIII, encontraremos Aquiraz como o centro político da capitania, Fortaleza como abrigo das residências das autoridades, enquanto Aracati representava o reduto econômico.

Os núcleos urbanos vão se formando. Até 1799, quando o Ceará conquista a independência de Pernambuco, são criadas além de Aquiraz (1699) e Fortaleza (1726), as seguintes vilas: Icó (1735), Aracati (1747), Viçosa do Ceará (1759), Caucaia (1759), Parangaba (1759), Messejana (1760), Baturité (1763), Crato (1763), Quixerambim (1766), Russas (1766), Sobral (1766), Tauá (1766), Granja (1766) e Guaraciaba do Norte (1791). Viçosa do Ceará, Caucaia, Parangaba e Messejana são aldeias de índios, as três últimas extintas em 1833. Caucaia volta à vila em 1789, enquanto Parangaba e Messejana se incorporarão a Fortaleza como distritos a partir de 1921 (GIRÃO, 1985).

A atividade do criatório no Ceará, no entanto, sofreu alguns reveses, consequência principalmente das constantes secas. O gado cearense chegava magro a Olinda e, devido à distância, oferecia menor preço que o paraibano e o norte-riograndense. Daí, os criadores cearenses, desde a década de 1740, começaram a exportar suas reses já abatidas, transformadas em carne seca, salgada e em couros. Para a salga dispunham de salinas naturais do Aracati e Acaraú, respectivamente na foz dos rios Jaguaribe e Acaraú.

Surgiram, assim, as “oficinas” e logo tiveram suas congêneres na foz d rios Parnaíba, Camocim, Mossoró. Com essas charqueadas, reduziu-se o interesse em criar animais de carga ou para o trabalho dos engenhos. Com a grande seca de 1792-94, que dizimou praticamente o rebanho cearense, cessou a florescente “indústria” saladeiril (GIRÃO, 1984).

*Tecendo as “redes do algodão”: o período do binômio gado-algodão*

Acontecimentos no cenário internacional, como a Revolução Industrial na Inglaterra e a Guerra da Secessão americana, refletiram no Brasil, estimulando a cultura algodoeira no Nordeste. As condições de semiaridez e forte insolação, dominantes no Ceará, favoreceram a produção de algodão de fibra longa, o que granjearia a preferência europeia para a produção da principal matéria-prima da indústria têxtil.

O algodão rompeu o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser pautada na agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraído para o financiamento do novo produto de exportação. A partir do início do século XIX, a cultura do algodão se expande no interior do estado. Os primeiros cultivos realizados nos últimos anos do século XVIII assumiram aspectos de grandes proporções quando o Ceará inicia suas primeiras exportações desse produto.

A análise dos condicionantes físico-geográficos nos leva a distinguir solo, clima e relevo, como os principais elementos motivadores da cultura. Atuando associados a esses elementos, forma-se uma das mais típicas paisagens do Nordeste.

A distribuição espacial da cultura está mais relacionada a fatores de ordem natural, enquanto sua expansão deve-se, sobretudo, a razões de ordem econômica. Mesmo antes da falência da pecuária, acarretada pelas secas de 1792-94, o algodão já era um bom negócio. Vale salientar que, a partir de 1776, intensifica-se a importação de algodão pela indústria têxtil inglesa, que começa a entrar na produção em massa.

O desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão, o homem do sertão põe-se cada vez mais à procura de áreas maiores para a criação. Gado e algodão continuaram sendo as bases econômicas do Estado (SILVA, 1995).

Daí por diante, o algodão, seja com as culturas de subsistência – milho e feijão –, no plantio, seja com a pecuária, no fornecimento da forragem e da torta, funcionará como motor do consórcio agropecuário no processo civilizatório desse estado, durante quase dois séculos.

Junto com a implantação do novo aparelho institucional, e a instalação da Junta de Administração e arrecadação da Fazenda Real (1799), entre 1799 e 1802, abrem-se estradas ligando a capital ao interior, constroem-se as Casas de Inspeção do Algodão e fomenta-se a exportação de produtos agrícolas.

O algodão assumiu papel de destaque na economia cearense, surgindo daí a importância de Fortaleza como centro coletor e exportador desse produto. O advento da ferrovia e a abertura de rodovias, já nos últimos anos do século XVIII, reforçaram o papel polarizador de Fortaleza, restando às cidades do interior os produtos produzidos ou adquiridos em Fortaleza.

A capital se expande. Nessa mesma época Silva Paulet elabora o plano urbanístico de Fortaleza, com o traçado em xadrez; erige-se, no mesmo local do forte holandês, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, e se conclui o mercado público (1818). Fortaleza urbaniza-se: ganha abastecimento d'água (Benfica) e iluminação pública (1867). Em 1875, Adolfo Herbster é contratado para elaborar a nova planta de Fortaleza. Em 1880, os bondes puxados a burro passam a trafegar. Em 1890, a população recebe o Parque da Liberdade. As primeiras vilas promovidas à cidade coincidem com o período do algodão (GIRÃO, 1985).

Um dos principais entraves, então reclamados por produtores e comerciantes, é a deficiência de transportes. As estradas são praticamente inexistentes. Cultivado no sertão, precisa vir ao litoral, de onde é embarcado para os mercados externos. Isso exige, porém, total mudança no sistema viário para dar passagem a veículos de roda. Com a implantação de rodovias, depois da rede ferroviária, a produção converge, ainda mais, para a Capital, em detrimento das cidades coletoras do interior.

O caminhão, diferente do trem, se relaciona diretamente com o meio rural, buscando mercadorias nos rincões mais distantes para abastecer indústrias têxteis e o porto de Fortaleza. Esta, por sua vez, concentrando a indústria e os serviços, faz a transformação e a distribuição, agudizando a pobreza nas cidades interioranas.

Nos períodos de seca, ante a estrutura fundiária conservadora e falta de posto de trabalho, além da ausência de apoio do poder público, os agricultores pobres migram para a Capital que, sem condições adequadas de infraestrutura urbana nem emprego para todos, sofre o processo de “inchação” urbana, com o conseqüente surgimento de favelas, desde a década de 1930.

Além das estradas de rodagem criadas para uma melhor fluidez do algodão do interior em direção à capital, merece destaque a função portuária, embora incipiente até meado da década de 1950, que oferecia incentivo à dinâmica da produção algodoeira.

As linhas férreas, interligando o norte e o sul do estado com Fortaleza, promovem o desenvolvimento. As cidades beneficiárias ganham com ela função urbana mais bem definida, de coleta da produção, particularmente do algodão. Já as que ficam distantes do seu traçado conhecem o declínio e mesmo a decadência, como as do baixo Jaguaribe.

*Da articulação comercial à integração produtiva: o período da indústria do Ceará*

No final do século XIX, diante da crise do comércio externo, produtores e exportadores cearenses buscam o mercado da então economia emergente do café para colocar os excedentes “exportáveis” do algodão. É aí que se inaugura a articulação comercial entre o Nordeste e o Sudeste. De 1945 a 1962, ocorre no Brasil o processo de integração dos mercados nacionais. Esse processo terá reflexos negativos sobre o modesto parque industrial cearense. A integração ao mercado nacional colocou o Ceará em competição desigual com o Centro-Sul e, especialmente com São Paulo, que lidera a industrialização no País. A limitação de dois insumos estratégicos – água e energia – punha o Ceará em desvantagem com os estados da região Sudeste. Como no território cearense não há rios perenes, é dependente do armazenamento das águas das chuvas e, portanto, submetido à incerteza. Quanto à segunda, até 1961, quando a região sul do Estado começa a ser suprida pela energia de energia hidroelétrica de Paulo Afonso, toda a energia consumida no Ceará é proveniente de grupos geradores termoelétricos. Só em 1965, estende-se à Fortaleza e, quase dez anos depois, a distribuição de energia elétrica de Usina de Paulo Afonso amplia-se por todo o estado.

Graças à rede de organismos regionais – DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), BNB (Banco do Nordeste do Brasil), CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) – criam-se as condições para o planejamento estadual. Como resultado, o Ceará, por intermédio de Fortaleza, acaba se tornando, em grande medida, um grande entreposto comercial a serviço da indústria do Centro-Sul.

Ingressa o Ceará, pois, na fase da integração produtiva, quando se transfere capital das regiões mais ricas do Sul e Sudeste para o Nordeste, através de mecanismo fiscal propiciado pela SUDENE, de modo a se criar o mercado interno e, ao mesmo tempo constituir um sistema econômico integrado e hierarquizado no País, associado aos capitais hegemônicos. É o período em que, “com a SUDENE, um estado ‘novo’ se desponta para destruir o ‘velho’ Estado cristalizado no DNOCS, para implementar a passagem da economia do Nordeste à economia nacional integrada” (OLIVEIRA, 1977, p. 199).

Melhoram-se as redes de comunicações. Instalam-se os distritos industriais em vários centros urbanos, como base para instalação de possíveis plantas industriais a serem atraídas pelos mecanismos de incentivos da SUDENE. O fato é que o Ceará se conjuga às forças imperantes dos que planejavam a SUDENE, o que imprimia, na afirmação de Oliveira (1977), a “homogeneização monopolista do espaço econômico nacional” (op. cit., p. 125).

*Reestruturação socioespacial no período atual e vetores de modernização do território: turismo, agronegócio, indústria moderna e serviços modernos*

As condições e tendências produtivas mundiais transformam consideravelmente as relações de vivência e estruturação territorial. O Ceará insere-se na nova ordem mundial com o acatamento de unidades produtivas do capital hegemônico. Para Santos (1988, p. 14), “[...] vivemos num mundo em que a lei do valor mundial comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes”. Nesse sentido, os governantes, nacional e local, dão início à atual reestruturação socioespacial do Ceará.

O cenário globalizado emergente nas terras tropicais do nordeste brasileiro tem possibilitado a tecnificação do território, intensificado pelas transformações das políticas e gerência territorial. Lima et al. (2000a, p. 260), assinala que o “Estado do Ceará se baseia numa lógica [...] (de) torná-lo um componente territorial capaz de ser evidenciado no novo cenário da competitividade mundial”. Através de inovações tecnológicas e científicas, o estado do Ceará vem agregando novas formas produtivas, ocasionando alterações no meio social e físico.

Tal situação exauriu características peculiares de gestão e organização territorial para solidificar um plano de desenvolvimento econômico-social coadunado à estabilidade política nacional. Isso se coaduna com a afirmativa de Harvey (1992): “[...] o mundo ocidental vivencia uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”. Assim, a reestruturação territorial vivenciada no Ceará segue os passos das transformações ocorridas na lógica produtiva mundial.

Não obstante as preocupações e tendências produtivas do mundo globalizado, o Ceará tem sido receptáculo de grandes obras públicas. Amaral Filho (2003: 367) sintetiza esse alavancar econômico, afirmando que:

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas estaduais, incremento nos investimentos público e privado e mudança no regime de crescimento acompanhado por variações positivas persistentes ao PIB, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Elevados investimentos públicos impulsionaram a instalação de obras de infraestrutura, com a ascensão de um grupo empresarial no Governo estadual a partir de meado de 1980, criando um quadro de transformações, com objetivo de hospedar as atividades modernas, a fim de inserir-se na nova divisão internacional do trabalho. Esta mundialização exige ações hegemônicas, daí ser ela caracterizada pela unicidade técnica, e com esta a unicidade do tempo ou a simultaneidade e a unicidade do motor ou a globalização da mais-valia (SANTOS, 1996). Essas unicidades decorrem de ações estranhas ao lugar, provindas do poder hegemônico, acatadas pelo governo nacional.

Uma das grandes obras, de importância fundamental para a recepção e expansão do capital externo, é o Porto do Pecém, a 45 km ao norte de Fortaleza, no município de São Gonçalo do Amarante, no coração da faixa litorânea reservada ao Projeto PRODETUR, de interesse para o desenvolvimento do turismo no estado. Incluem-se, para garantia de um complexo metalúrgico junto ao porto, a instalação de um gasoduto, linhas elétricas e de telefonia, obras urbanas, com a participação do Estado, de empresas e de banco internacional. Além do mais, esse Complexo se reforçará com a construção da Transnordestina, linha ferroviária que ligará as regiões produtoras da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A tendência, pois, é uma maior concentração ainda da indústria de transformação na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que já reúne mais da metade das empresas que compõem o parque industrial do estado.

Desse modo, a partir dos anos 1990, já sob a acirrada guerra fiscal entre estados – pois deixa de existir no País a política de desenvolvimento regional – realizam-se investimentos estratégicos nos três setores econômicos do Ceará.

No setor primário, implantam-se perímetros de irrigação voltados para o mercado externo, como o Baixo Acaraú (Acaraú, Bela Cruz e Marco) e o Tabuleiro de Russas (Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova). Para isso, o DNOCS, em parceria com o Estado, executa

projeto de grande envergadura. Trata-se do Complexo do Castanhão, que consiste na construção e aproveitamento do açude do mesmo nome, com repercussões econômicas, não apenas no vale do Jaguaribe, onde se alocam extensos projetos de irrigação, mas também na Região Metropolitana de Fortaleza, que será por ele abastecida, juntamente com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, por meio de um grande canal recentemente construído pelo poder público. Tudo isso dentro da concepção da interligação de bacias hidrográficas, na perspectiva, inclusive, do projeto de integração do São Francisco, com o qual se pretende solucionar o sério problema da insegurança hídrica, tanto para o consumo humano quanto para a atividade industrial e dos grandes perímetros de irrigação.

No setor secundário, o governo estadual executa a política de Industrialização do Interior, incentivando a instalação de fábricas intensivas em mão de obra em cidades do interior, entre as quais se destaca o ramo de calçados. Em apoio a esse processo, desenvolve o Programa de desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos - PROURB, que realiza obras estruturantes em dezenas de municípios, entre os quais Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, da RMF. Da mesma forma, contribui para fortalecer a infraestrutura do *hinterland* cearense, os sistemas de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs e os Centros de Tecnologia – CENTECs, juntamente com as infovias (SANTOS e LIMA, 2007).

Segundo Quintiliano e Lima (2008), outro grande investimento dirigiu-se para a dinamização da atividade turística, por meio do Programa para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, financiado pelo Banco Mundial. Além da construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins, o programa direcionou recursos para melhoria de pequenos centros urbanos e para construção de vias de transportes para o desenvolvimento da atividade na costa oeste do estado, de Caucaia a Itapipoca. O sistema viário, graças ao Programa Rodoviário de integração Social do Estado do Ceará – Programa Ceará, duplica rodovias de acesso à RMF, pavimenta vias principais, tendo em vista o escoamento da produção interna, inclusive de matéria-prima para o parque industrial do estado e intercâmbio com os estados vizinhos.

Esse novo cenário impõe a tecnificação do território, visando torná-lo mais acessível aos ditames da economia-mundo, intensificando a divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, viabiliza-se o processo de inserção do Ceará, antes tido como “espaço neutro”, no conjunto dos “espaços operacionais”, acabando por reforçar a criação de espaços seletivos. A instalação do moderno sistema técnico no Ceará (caracterizante do turismo e da agroindústria) atende aos ditames dos centros de comando do grande capital e impõe novos fluxos e fixos,

delineando um quadro espacial renovado para viabilizar o papel do Ceará na rede de produção mundial. Para tanto, intensifica-se a especialização do território cearense a partir de centros polarizadores: litoral (como vitrina do turismo e com destaque para a centralidade da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e cidades interioranas de maior centralidade, como Juazeiro do Norte e Sobral.

### **Considerações finais**

Desde o século XVII que vem se povoando o território cearense, perpassando por vários períodos dominados por atividades econômicas cujos produtos sempre atendem os interesses dos mercados externos. Apenas o primeiro, a pecuária, se destinou inicialmente à subsistência, depois ao abastecimento da zona canavieira e dos aglomerados humanos da mineração do centro do país. Em cada um desses períodos, soergueram-se formas geográficas, com funções ligadas às relações de produção características da época. Isso tudo em detrimento dos povos autóctones que foram exterminados, escravizados ou submetidos a trabalho degradante, no formato da acumulação primitiva, típico do período colonial pré-capitalista.

Territórios, funções e normas vêm se modificando, *pari passu* a outras forças produtivas que se impõem como geradoras de fluxos de bens e de pessoas. É por isso que podemos falar do espaço e de uma sociedade com as feições de cada reestruturação referente à determinada período histórico

À medida que se edificou um conjunto de sistemas técnicos, o espaço cearense foi se afeiçoando às inovações do país e do mundo. Desse modo, especialmente na atual reestruturação, inúmeros produtos entraram na pauta de exportações e importações e amplas metamorfoses ocorrem nos mais diferentes rincões do território e na vida social do Ceará.

Reflexo do novo momento que se instala de forma acelerada no Ceará, respondendo às determinações das investidas do capital hegemônico, o sistema de informação se amplia e barateia seu uso, especialmente para as empresas. Expandem-se os serviços especializados para atender os fluxos com o mundo, numa luta entre as horizontalidades e as externalidades.

É a feição da modernidade cada vez mais presente no estado. A reformulação das paisagens, a reestruturação do espaço, a introdução de inovações nas formas que se instalam no Ceará revelam a exigência das novas funções – turismo, indústrias, setor terciário etc. –, impondo um quadro espacial renovado, adequado à reprodução mais veloz e precisa do

capital que agora pousa nessas terras tropicais de um Nordeste, antes, marginalizado. Há uma reviravolta no urbano e no rural: aeroporto, metrô, infovias, obras hídricas grandiosas, grandes perímetros irrigados, porto para receber grandes transatlânticos, saneamento, enfim, uma transmutação espacial, numa frenética fase de renovação ou de adequação ao mundo mais globalizado e que se revela mais perversa com os povos subdesenvolvidos.

No entanto, essas inovações não dizem respeito à grande massa da população, ao espaço banal ou espaço do homem comum, mas ao espaço da racionalidade técnica (SANTOS, 1996). Voltam-se para uma nova ordem ditada de longe, que não exprime a vontade do local, mas do global, como nova configuração de um capitalismo que se restabelece, numa ânsia de submeter, não um país ou um continente, mas o mundo, na forma do que conhecemos como globalização. A percepção dessas mudanças nos traz o prenúncio de uma época em que o Ceará se insere, com outros subespaços nacionais, a partir das ordens dos centros de decisão do capital, na modernidade atual neste início de século, com fortes impactos na cultura e na organização sociopolítica da sociedade.

## Referências

AMARAL FILHO, J. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, Maria Flora, ANDRADE, Victa Nobre de, e LIMA, Luiz Cruz. **A Reestruturação do Litoral Cearense Pelos Serviços da Atividade Turística a Partir da Década de 1990**. Fortaleza: UECE, 2007. Relatório de Pesquisa (Universidade Estadual do Ceará – UECE; Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR), 2007.

BATISTA, Francisca Gonçalves. **Reestruturação socioespacial do Ceará: o projeto portuário do Pecém**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2005. 229p.

BOTÃO, Helissandra Helena Silva. **Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora: a dinâmica territorial**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2005. 155p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Editora: Fundo de Cultura do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro, 1963.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Charqueadas do Ceará. in: SOUSA, Simone de. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens mudança cultura**. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

LIMA, Luiz Cruz. Os ditames da modernidade: os cibernantropos de chapéu-de-couro. In. AMORA, Zenilde Baima. (org.). **O Ceará: enfoques Geográficos**. Fortaleza: FUNECE, 1999.

\_\_\_\_\_, SOUZA, Marcos José Nogueira de; MORAIS, Jáder Onofre de (org.).

**Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000. 268 p.

\_\_\_\_ (org.). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, Ruy. Os Quatro Modelos de Espaço-Tempo e a Reestruturação. **GEOgraphia**, Vol. 4, N. 7, 2002. Sem paginação.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, NORDESTE**. Planejamento e conflito de classes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros – povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec/Edusp: Fapesp, 2002.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Impactos territoriais dos grandes investimentos públicos no Ceará**. Fortaleza: UECE, 2005. 186f. Relatório de Pesquisa (Universidade Estadual do Ceará – UECE; Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR), 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, SP. 1993.

SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os CENTEC's e os CVT's como agentes transformadores do Estado**. Fortaleza: UECE, 2007. Relatório de Pesquisa (Universidade Estadual do Ceará – UECE; Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR), 2007. 143 p.

SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: Os Serviços Modernos em Evidência nos Subespaços Dinâmicos**. Relatório de pesquisa. 2009.

SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do território cearense: serviços modernos em evidência nos subespaços dinâmicos. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez. de 2012. pp.59-76.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade (Ensaio)**. Petrópolis: VOZES, 1979.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, HUCITEC, 1988.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Ed. RECORD, 2001.

\_\_\_\_\_. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. P.17 – 38.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, Edusp, 2005.

SILVA, Francisco Antonio Carneiro; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: a formação socioespacial do Ceará pré-capitalista**. Relatório de pesquisa. 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. O Algodão e o Processo de Organização do Espaço Cearense. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1984.

TAUNAY, Affonso E. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.